



## A Realidade *Offline* de um Ensino *Online*

Ricardo Eleutério de Oliveira – JSD Sintra

Ao longo do seu percurso académico, um estudante encontra vários desafios e oportunidades, assim como diversos obstáculos, que desempenham um papel essencial na construção do seu futuro, promovendo o seu crescimento não só a nível académico, como também pessoal e profissional.

O atual contexto de crescente generalização de práticas de ensino *online*, aliado à considerável percentagem de estudantes *offline* da escola sem meios para acompanhar, tem o potencial de ser apenas a primeira pedra num percurso atribulado que será marcado pela adoção de métodos de ensino alternativos e novas dinâmicas num contexto de trabalho e social marcado por uma realidade à distância.

Com estas condicionantes a limitar a participação dos estudantes e a capacidade de resposta dos Estabelecimentos de Ensino (EE), os primeiros são confrontados com a necessidade de inovar a sua postura em termos de convívio, organização e trabalho. Neste contexto de mudança, importa realçar a oportunidade que as autarquias têm para se posicionarem do lado dos estudantes e oferecer as condições certas que, realmente, têm o potencial para desbloquear as limitações, em detrimento dos programas efémeros propostos pelo Governo.

Assim, importa conhecer a realidade da Área Metropolitana de Lisboa (AML), a área mais populosa do país que conta com cerca de quatrocentos e noventa mil<sup>1</sup> (490 000) estudantes distribuídos pelas várias fases do percurso académico, na qual uma vasta maioria<sup>2</sup> (89%), dispõe de ferramentas para acompanhar esta transformação digital do contexto de ensino. Com este indicador positivo, o destaque é colocado nos cerca de cinquenta e quatro mil (54 000) estudantes que, perante as suas limitações financeiras, enfrentam dificuldades em assegurar uma participação sustentável na fase de ensino correspondente, seja pelo acesso restrito a material de ensino relevante ou a espaços com condições para trabalhar.

Através de um retrato das diversas ações desenvolvidas e espaços complementares de educação disponibilizados, com foco particular nas bibliotecas municipais, é possível identificar as diferentes soluções apresentadas por parte de cada Município, de forma a acompanhar esta transição que, embora não seja de agora, tem vindo a ser acelerada nos últimos meses.

Relativamente à disponibilização de materiais de ensino, a dinamização de iniciativas no âmbito de acesso a conteúdos digitais, exemplificado pela Biblioteca Digital de Cascais, procura assegurar o acesso contínuo e descentralizado aos diversos materiais relevantes ao contexto académico, pessoal e profissional. Assim como a Bibliomóvel de Vila Franca de Xira (VFX) que, neste contexto atípico, reforçou a proximidade junto da sua população. Sendo importante, também, realçar o papel de suporte das diferentes redes escolares criadas para a fomentação desta disponibilização de materiais remota e descentralizada.

---

<sup>1</sup> PorData (2019), “Alunos do Ensino Superior e Não Superior”, Estatísticas de Educação.

<sup>2</sup> PorData (2019), “Computadores e Internet”, Estatísticas de Ciência, Tecnologia e Sociedade de Informação.

No entanto, o maior problema está relacionado com a existência de espaços de estudo compatíveis com as necessidades sociais, como a realização de trabalhos de grupo e estudo coletivo, e tecnológicas, como o acesso a um computador com ligação à Internet, que surgem em consequência do contexto atípico que enfrentamos. Como solução, surge um conjunto de cerca de quarenta e cinco (45) polos de bibliotecas municipais<sup>3</sup>, distribuídos pelos diversos concelhos representados neste fórum de discussão – Amadora, Azambuja, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas, Oeiras, Sintra e VFX – integrantes da região da AML.

Considerando o contexto específico a cada Município, é possível concluir que, embora nenhum apresente uma resposta ideal, existem algumas estratégias que permitem responder à atual situação com um grau de eficácia apreciável. De forma a melhor caracterizar as realidades distantes, a análise conduzida considera o número total de estudantes matriculados nas diferentes fases de ensino no Município (População Escolar Municipal), assim como o número total de polos da biblioteca municipal correspondente (Bibliotecas), negligenciado, de forma objetiva, detalhes profundos sobre a caracterização interna de cada um dos espaços na lista.

A observação destes números permite o mapeamento da distribuição de estudantes por espaço, à escala de 1:1000, considerando a utilização generalizada dos mesmos para a realização de trabalho por qualquer estudante, independentemente da sua fase de ensino ou limitações de acesso a um computador com ligação à Internet no seu domicílio. Consultando estes resultados no Gráfico 1, é possível verificar a disparidade entre os diversos Municípios em estudo, com especial destaque às localidades que apresentam uma caracterização demográfica semelhante, com o objetivo de agrupar estes concelhos em pares para efeitos expositivos da presente análise.

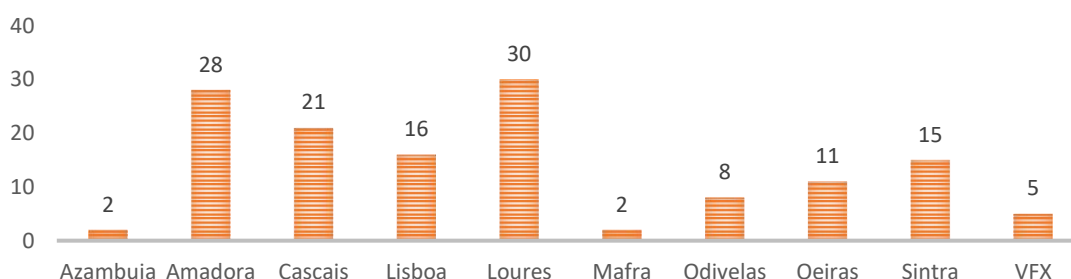


Gráfico 1 - Distribuição da População Escolar Municipal por Biblioteca (Escala 1:1000)

A análise revela boas práticas transversais que revelam um investimento sustentável nesta componente complementar de ensino, destacando a realidade do par Azambuja e Mafra que, embora apresentem uma caracterização demográfica distinta, partilham de uma distribuição por Biblioteca exemplar, como resultado das suas estratégias vocacionadas na criação e dinamização destes espaços essenciais para o desenvolvimento da região.

Ainda, importa destacar o par Odivelas e VFX que, com aproximadamente vinte e três mil (23 000) estudantes, apresenta uma distribuição por polo de biblioteca municipal notoriamente inferior à média

---

<sup>3</sup> Informação oficial disponibilizada por cada Município.

da região de estudo, cerca de catorze mil (14 000) estudantes por Biblioteca. Também, é relevante perceber os pares que carecem de maior investimento e dinamização, como no caso de Amadora e Loures que, com aproximadamente cerca de vinte e oito mil (28 000) estudantes, espelham um padrão de distribuição acentuadamente superior à média da região.

Reconhecendo a margem para a realização de um estudo mais profundo dentro desta área, nomeadamente, a nível de capacidade útil destes espaços, assim como a diversidade de valências oferecidas pelos mesmos, esta análise surge no contexto de promoção da criação de novos espaços de estudo e trabalho coletivo em cada região, fornecendo mais e melhores condições para a sua população.

Desde a disponibilização de bibliotecas até à criação de espaços próprios para coworking, destinados tanto para estudo individual como para trabalhos de grupo, as autarquias têm a capacidade para oferecer alternativas complementares aos estudantes que se encontram neste regime remoto que, segundo um estudo recente do Observatório de Políticas de Educação e Formação, tem prejudicado o seu desempenho académico. Como resultado, importa entender que, no contexto atípico atual em que as ferramentas remotas desafiam as limitações de distância, tanto físicas como temporais, é importante que os estudantes possam contar com mais mecanismos de apoio, nomeadamente, através da adaptação destes espaços para confrontar os novos obstáculos do seu percurso académico.

Com estas considerações e com o objetivo de assegurar a sustentabilidade da atual transformação digital do ensino neste contexto atípico, a Comissão Política Distrital de Lisboa da Juventude Social Democrata, reunida em sede de Congresso Distrital de Lisboa, no dia 17 de outubro de 2020, vem por este meio:

1. Requerer a revisão dos horários de funcionamento dos espaços de estudo existentes, tipicamente de acordo com o horário de expediente, garantindo uma maior flexibilidade aos estudantes para organizar o seu estudo e trabalho de forma menos restringida, em particular, em épocas de avaliação escolar.
2. Requerer a atualização dos espaços de estudo existentes, garantindo que existem áreas destinadas a trabalho remoto, tanto individual como coletivo, equipadas com equipamentos funcionais e conectados à Internet, ressalvando o funcionamento normal das restantes valências existentes.
3. Requerer a dinamização de mecanismos de controlo e registo de presenças remoto, permitindo que os utilizadores dos espaços tenham conhecimento da disponibilidade dos mesmos para os receber, evitando deslocações desnecessárias, assim como um sistema de registo prévio que permita a marcação de lugares antecipadamente, ressalvando o funcionamento normal destinado a utilizadores ambulatoriais.
4. Requerer a criação de novos espaços de estudo, com o objetivo de diminuir os padrões de distribuição da População Escolar Municipal por Biblioteca até um nível abaixo da média registada atualmente de catorze mil (14 000) estudantes por biblioteca, através da conversão de espaços não utilizados e recuperação de edificado municipal para o efeito.

Destinatário(s): Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB), Deputados Eleitos pelo Círculo Eleitoral de Lisboa e Assembleia Municipal das Regiões Identificadas.